

ATAS

ATA N.º 204/2022

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Lezíria Parque Hotel, sito na Avenida Barranco de Cegos, 22, 2600-214, em Vila Franca de Xira, reuniu a Assembleia Geral da Federação de Andebol de Portugal, em sessão ordinária, conforme convocatória de onze de novembro de dois mil e vinte e dois, do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, convocada nos termos dos artigos 51.º, n.º 4, 54º, n.º 1 a), 57.º, n.º 1, c), 58.º, n.º 1 e 2, 59.º, 60.º, 61.º, n.º 1 dos Estatutos da Federação de Andebol de Portugal, com a seguinte ordem de trabalhos:

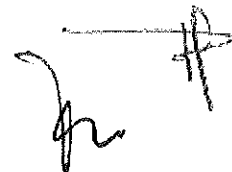
Ponto Único: Discussão e apreciação do Plano de Atividades e Orçamento da Federação de Andebol de Portugal para o ano de 2023.

A Mesa foi constituída pelo Presidente, Pedro Maria Cardoso Gonsalves Mourão, pelo Vice-Presidente Raul Castro e pelo Secretário, José Manuel Lopes Costa.

Dos órgãos sociais da Federação de Andebol de Portugal participaram o Presidente da Federação, Luis Miguel Morgado Laranjeiro, os membros da Direção, o Vice-Presidente Augusto Silva, a Vice-Presidente Juliana Sousa, o Vice-Presidente Pedro Sequeira e o Vice-Presidente Bernardo Novo. Esteve também presente o Diretor Executivo, Miguel Fernandes e o contabilista certificado da Federação, Mário Bernardes. Estiveram igualmente presentes o Presidente do Conselho de Arbitragem, António Maria Gordicho Marreiros e o Presidente do Conselho Fiscal, José Matos Rosa.

Os trabalhos iniciaram-se pelas 12 horas e 5 minutos, com a presença de 29 dos 53 delegados que compõem a totalidade dos membros ordinários da Assembleia Geral, conforme lista de registos e presenças.

O Presidente da Mesa tomou a palavra e, antes da ordem de trabalhos, fez referência a uma proposta de Voto de pesar, que figura em anexo à presente ata, apresentada pela Associação nacional de clubes de andebol não profissional (ANCANP), a atribuir a Manuel Novais Ferreira e a Felipe Pereira, duas pessoas desde sempre ligadas ao Andebol, que faleceram recentemente, deixando a família do Andebol Português mais pobre; submetido a votação, foi aprovado por unanimidade o identificado Voto de pesar. De seguida, fez também referência a uma proposta de Voto de louvor, que figura em anexo à presente ata, apresentada pela mesma Associação nacional de clubes de andebol não profissional (ANCANP), a atribuir à Seleção nacional de Andebol em Cadeira de Rodas, que conseguiu com brilhantismo, no passado fim-de-semana, em Leiria, sagrar-se

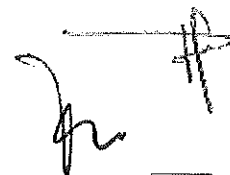


ATAS

Folha 40

Campeã Europeia e Mundial de Cadeira de Rodas, levando assim o Andebol Português a atingir um enorme prestígio naquela vertente da modalidade. Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade o identificado Voto de louvor. O Presidente da Mesa referiu, de seguida, que também a Direção da Federação tinha feito chegar uma proposta de Voto de louvor, que figura em anexo à presente ata, pelo trabalho, colaboração e dedicação emprestadas às organizações dos eventos realizados no corrente ano de 2022 (Campeonato da Europa de sub-20 Masculinos, de 7 a 17 de julho, em Matosinhos, Gaia e Gondomar; EHF Beach Handball Champions Cup, de 20 a 23 de outubro, em Porto Santo; e o Campeonato da Europa e do Mundo de Andebol em Cadeira de Rodas, 6X6, de 18 a 20 de novembro, em Leiria) por todos os funcionários e colaboradores da FAP que participaram na organização dos mesmos. Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade e aclamação o identificado Voto de louvor. O Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente Honorário da Federação, Luís Santos, que aproveitou a oportunidade para desejar votos de felicitação à Seleção Nacional A de Futebol, que vai disputar o campeonato do mundo de Futebol, no Catar.

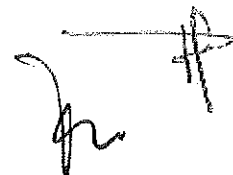
De seguida, e dando início à ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Federação, que começou por agradecer a presença dos delegados à Assembleia, assim como a aprovação dos Votos de louvor e do Voto de pesar. O Presidente da FAP fez depois uma apresentação em PowerPoint do Plano de Atividades e Orçamento da Federação para o ano de 2023, começando por enunciar a estrutura evolutiva do orçamento da FAP nos anos de 2021, 2022 e a previsão para o ano de 2023 (5.203.600,00€), que será um orçamento marcado pela inflação e aumento generalizado dos custos, nomeadamente alojamentos, alimentação, deslocações e combustíveis, entre outros, que ascenderá aos 5.203.600,00€, representando um acréscimo face ao ano de 2022 (4.746.240,00€, sem o valor do Euro Sub-20); no âmbito do orçamento para 2023 mantêm-se os objetivos de rigor e ambição, de apoio aos clubes, a manutenção da aposta no nível competitivo das Seleções nacionais, incluindo a aposta no Andebol Feminino, a manutenção da forte aposta na visibilidade da Marca Andebol e a consolidação do Andebol a nível nacional e internacional, nas variantes do Andebol de Praia, Andebol 4All, o reforço da intervenção no desporto escolar e o processo de certificação de Clubes, que já se iniciou e que representa um marco histórico na modalidade, a par da contínua formação, mantendo uma articulação plena entre todos os agentes da modalidade, no contexto e circunstâncias de grande dificuldade face à inflação e à situação de guerra na



Folha 41

ATAS

Ucrânia, sem esquecer ainda os efeitos que restam da Pandemia e os impactos que a mesma tem causado. Referiu depois os princípios e critérios subjacentes à elaboração do orçamento de 2023, que continua a ser elaborado em função da especialização de Gastos e Rendimentos pelos vários Contratos-programa com o IPDJ, IP. Realçou, quanto à estrutura do orçamento, que a grande fatia vai para o desenvolvimento da atividade desportiva (DAD:47%) e alto rendimento e seleções nacionais (ARSN:29%); quanto à estrutura das receitas e comparando com o ano de 2022, a dependência dos fundos provenientes do IPDJ IP subiriam para 57%, enquanto os fundos próprios se fixariam em 37%; que iria haver uma incerteza quanto aos apoios do estado para o ano de 2023, pelo menos nos primeiros 3 meses e até março/abril, sendo que se o IPDJ, IP mantivesse o nível de financiamento público idêntico ao ano de 2022 tal significaria uma perda de financiamento, considerando o nível da inflação e o aumento de diversos custos. Entrando na estrutura de custos, referiu-se à Organização e Gestão, em que se verifica um acréscimo do valor (euros 1.220.408,00), superior a 2022. No que concerne ao Desenvolvimento da Prática Desportiva terá um orçamento de euros 2.290.092, também superior ao valor de 2022. Entrando na rubrica do Alto Rendimento e Seleções Nacionais, com o valor global de euros 1.522.500, verifica-se aqui também um incremento do Alto Rendimento e Seleções Nacionais, devido às participações internacionais, às atividades gerais das Seleções Nacionais e aos custos diretos com viagens aéreas, alojamentos e hotelaria. Entrando na Rubrica da Formação, com o valor de euros 170.600, referiu que é um valor idêntico ao de 2022, englobando os Cursos Formação e as Ações de Formação. Quanto ao ano de 2023 e em suma, realçou o Presidente que haverá que manter o rumo, num ano que será de grandes dificuldades, com incerteza e insegurança derivada da situação da guerra e da inflação, mas que com transparência na gestão, confiança no rumo a seguir e no trabalho dos diversos agentes desportivos, podemos vencer juntos. De seguida, pediu ao Presidente da Mesa que fosse concedida a palavra a outros elementos da direção, para que apresentassem, cada um na sua área de intervenção, as principais atividades a desenvolver no ano de 2023. Começou por intervir o Vice-Presidente Pedro Sequeira, que falou da área da formação, das ações e cursos a desenvolver, realçando depois o arranque do processo de certificação de entidades formadoras (clubes) no Andebol, fazendo o ponto de situação e balanço do processo e realçando a elevada participação e colaboração havidas por parte dos Clubes, que culminou com os primeiros reconhecimentos. De seguida, interveio o Vice-presidente Augusto Silva que abordou as

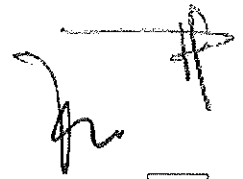


ATAS

áreas das seleções nacionais e do desenvolvimento desportivo, o que estava projetado para 2023, e a necessidade de se manter um contacto permanente com as associações regionais, clubes, associações de classe e agentes da modalidade. Interveio também o Vice-presidente Bernardo Novo, que apresentou as atividades a desenvolver na área da comunicação e marketing para o ano de 2023, realçando o projeto de streaming que teve a sua fase experimental em 2022, com um clube a norte e outro a sul, que passa pela instalação de uma câmara de alta tecnologia em cada um dos pavilhões dos Clubes participantes na Andebol 1, que permitirá não só a transmissão via streaming dos jogos ali disputados pelas equipas do Clube, como a gravação de treinos, e até a possibilidade de esses clubes terem nessa plataforma uma eventual fonte de receita, com referência aos seus patrocinadores; mencionou também a evolução dos patrocínios à Federação e seleções nacionais, em especial a Seleção A masculina, embora fazendo notar que alguns patrocinadores poderão não continuar durante o ano de 2023; Interveio, por fim, a Vice-presidente Juliana Sousa, que apresentou as principais linhas de orientação para as seleções femininas, realçando o papel da entrada do Professor José António Silva e as mudanças que tinham sido operadas, depositando esperança no futuro e no trabalho que está a ser desenvolvido.


Antes de ser aberta a discussão, pediu a palavra o Presidente do Conselho Fiscal da federação, José Matos Rosa, que fez menção ao orçamento da federação para o ano de 2023, dando nota da prática até agora seguida de não ter sido apresentado em conjunto o Orçamento com o Parecer do órgão a que preside, mas que naturalmente tal Orçamento mereceria parecer favorável, e que o órgão o elaboraria nos termos estatutários.

Aberta a discussão, foi dada a palavra ao delegado António Rebelo, da Associação de Andebol de Santarém, que começou por se referir a uma questão de processamento de inscrições, nomeadamente por dificuldades em apresentar documentos por via digital; de seguida, referiu-se ao Orçamento e em particular ao apoio às associações regionais, expressando que é com mágoa que não vê um aumento na rubrica respetiva, mantendo-se o apoio de euros 375.000. Foi dada a palavra, de seguida, ao delegado Duarte Santos, da APAOMA, que questionou a direção quanto à sua intenção de implementar e desenvolver uma central de compras; questionou também a razão de o orçamento da federação não ter sido acompanhado de Parecer do conselho fiscal; e questionou a Mesa da assembleia no sentido de esclarecer qual o número de delegados presentes na assembleia. Antes de devolver a palavra ao Presidente da Federação, a Mesa esclareceu



ATAS

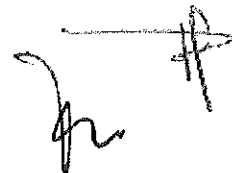
que estavam presentes 29 delegados; passando a palavra ao Presidente, este esclareceu as questões colocadas, referindo que a questão das inscrições poderia ser tratada diretamente com os serviços da federação, que tem tido a preocupação ao longo dos tempos de modernizar e flexibilizar o procedimento de inscrições; que não existe capacidade para atualizar e reforçar o orçamento para 2023, em particular na rubrica de apoio aos agrupamentos, associações e clubes, não só porque se desconhece qual vai ser o apoio público para 2023 (e só se deverá conhecer tal apoio em março/abril de 2023), bem como porque o acréscimo que se verifica no orçamento resulta essencialmente, como já dito, da implementação dos valores de 2022, acrescidas da inflação e do aumento dos custos de variados itens, tais como, deslocações e viagens, alimentação, alojamento e outros; no que respeita à implementação de uma central de compras, esclareceu que a direção pretende centralizar e controlar todos os processos de aquisição de produtos e serviços nos serviços da federação, tendo em vista assegurar uma melhor eficiência no controlo dos gastos das diversas atividades desenvolvidas e que tal processo é seguido, enquanto modelo de boas práticas, por variadas instituições e empresas; em relação ao Parecer do conselho fiscal remeteu para a intervenção do Presidente desse órgão, que a esclareceu devidamente. De seguida, pediu a palavra o delegado José Carlos Correia, da ANCANP, começando por saudar a conquista do Campeonato da Europa e do Mundo de Cadeira de Rodas, no passado fim-de-semana; referiu-se depois à questão das compensações pelas transferências de atletas, que continuavam a existir clubes que não estavam a ser de facto compensados pelo trabalho de formação desenvolvido nos escalões de formação; mencionou que a ANCANP irá promover eleições em tempo e que não equaciona recandidatar-se; referiu, quanto à arbitragem, a situação dos árbitros Eurico Nicolau e Ivan Caçador, que gerou mal-estar na comunidade do andebol; nesse âmbito, referiu-se ainda ao Presidente do Conselho de Arbitragem, António Marreiros, em particular aos elevados gastos que têm existido em estadias e hotéis, e que este não geriu bem a situação dos 2 árbitros mencionados, que foram afastados sem possibilidade de se defenderem e deixaram de ser nomeados para os jogos, quando é sabido a falta que fazem, atendendo à sua elevada qualidade e de serem árbitros internacionais e reconhecidos a nível nacional e internacional; mencionou também alguns acontecimentos recentes que não dignificam a arbitragem e o Conselho de Arbitragem, designadamente a intervenção direta do Presidente do Conselho de Arbitragem no terreno do jogo da final da Supertaça, disputada entre o Sport Lisboa e Benfica e o Sporting Clube de Portugal, no passado dia 11 de



Folha 44

ATAS

setembro de 2022, em Serpa, em que entrou na área de jogo e foi ao banco de um dos clubes intervenientes e em que participou e interveio diretamente noutros momentos com os árbitros e delegados desse jogo, comportando-se como se fosse dono de tudo; que, nesse sentido, entendia que deveria ter vergonha do seu comportamento e se devia demitir. Na sequência desta intervenção, o Presidente do Conselho de Arbitragem pediu à Mesa da assembleia para intervir, começando por solicitar que lhe fosse dada a gravação e cópia da ata da presente assembleia, a fim de fazer queixa contra o delegado José Carlos Correia, da ANCANP, ao que a Mesa esclareceu não haver gravação da assembleia, apenas a ata que seria naturalmente elaborada; tendo-lhe sido concedida a palavra, referiu que a gestão do orçamento do Conselho de Arbitragem é a que a Direção aprova e que os gastos são validados quer pelo próprio Conselho de Arbitragem, quer depois pelos serviços e pela contabilidade da FAP, solicitando que a este propósito a Direção esclareça a assembleia como se processam estas matérias; no que respeita aos dois árbitros Eurico Nicolau e Ivan Caçador, o Conselho de Arbitragem deliberou em julho do corrente ano a cessação de atividade após considerar que o árbitro Eurico Nicolau desempenhava outras funções na modalidade, no Andebol de Praia, que eram incompatíveis com a atividade de árbitro, nomeadamente na angariação e negociação de patrocínios para o Andebol de Praia, e que tal tinha levado a quebra de confiança do Conselho de Arbitragem, tendo aquele árbitro sido notificado por carta registada daquela decisão e sido ouvido em contraditório verbal antes dessa decisão; que a Direção tinha clarificado ao Conselho de Arbitragem que aquele árbitro não exercia funções no marketing e angariação de patrocínios, apenas exercia funções de apoio à organização de eventos e competições de Andebol de Praia, mas que após tais esclarecimentos e clarificação, e mesmo depois de revogada tal decisão de cessação da atividade, tal árbitro já tinha contactado outras empresas, tal como a Central de Cervejas, e que continua a desrespeitar as orientações do Conselho de Arbitragem. De seguida, foi concedida a palavra ao Presidente da Federação, que esclareceu que o Conselho de Arbitragem tem autonomia estatutária e que até à data não tinham sido dadas indicações especiais quanto aos gastos e despesas a realizar, não obstante o orçamento de funcionamento desse órgão estar perfeitamente definido e aprovado em cada ano e não poder ser ultrapassado o que ali está estabelecido. Interveio, de seguida, a delegada Patrícia Dinis, da Associação de Andebol de Leiria, a propósito dos dois árbitros mencionados, Eurico Nicolau e Ivan Caçador, que estão filiados a partir dessa associação; referiu-se a uma carta elaborada pela Associação de Andebol de Leiria,



Folha 45

ATAS

que pretendia apresentar à mesa da assembleia para ser distribuída a todos os presentes, bem como ler a carta na íntegra, ao que a Mesa pediu que fosse apresentada em traços largos à assembleia, atendendo à extensão da mesma; a identificada delegada apresentou as linhas gerais dessa carta, mencionando que a carta registada que foi enviada ao árbitro Eurico Nicolau, a cessar a sua atividade de árbitro, foi datada de 10 de julho de 2022 e remetida apenas um mês depois; que tal decisão de cessação de atividade não foi precedida de qualquer processo, que o árbitro nunca foi ouvido e que nunca foi confrontado com os elementos e imputações que constam na carta e que motivaram a decisão, não tendo tido pois oportunidade de exercer a sua defesa e o contraditório, sendo tal decisão ilegal por violar princípios essenciais; tal dupla de árbitros apesar dessa decisão tem mantido a sua atividade na Federação Europeia de Andebol (EHF), tendo sido nomeada para vários jogos de competições europeias, pois mantém um grande prestígio internacional, não se compreendendo essa decisão do Conselho de Arbitragem, sabendo-se apenas que foi entretanto revogada e que os árbitros se encontram inscritos, apesar de não serem nomeados para jogos. Neste momento, interveio a Mesa da assembleia referindo que estas matérias não estão incluídas na ordem de trabalhos, solicitando que as intervenções se restrinjam ao que constitui a ordem de trabalhos. Pediu a palavra o delegado Paulo Martins da Associação de Andebol do Porto, questionando se a direção está a ponderar ressarcir as associações regionais de alguns custos acrescidos pela inflação e aumento generalizado de preços, e que verifica no orçamento que apenas se prevê um aumento residual para associações de classe. De seguida interveio o Presidente da federação, esclarecendo as questões colocadas, referindo que se mantém para o ano de 2023 os apoios aos clubes, quer diretos, quer indiretos. O Vice-presidente Augusto Silva esclareceu igualmente as questões relativas à atividade desportiva. E o Vice-Presidente Pedro Sequeira esclareceu matérias relativas ao processo de reconhecimento de entidades formadoras desportivas.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por finda a discussão do ponto único da ordem de trabalhos e submeteu à votação, em conjunto, com a anuência da Assembleia Geral, do Plano de Atividades e do Orçamento da Federação de Andebol de Portugal para o ano de 2023. O Plano de Atividades e o Orçamento da FAP para o ano de 2023 foi aprovado por maioria, com quatro votos contra e quatro abstenções.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião da Assembleia Geral por encerrada cerca das catorze horas.

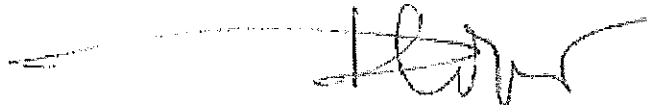
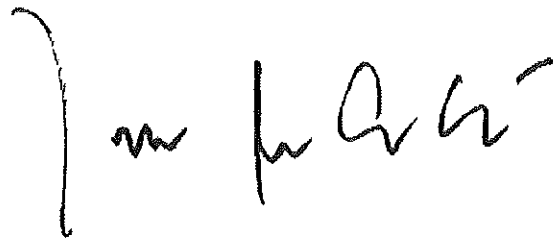
ATAS

Folha 46

Os documentos a que se faz referência na presente ata, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituem parte integrante da mesma.

Para que conste se lavrou a presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai assinada pela Mesa da Assembleia Geral.

A Mesa da Assembleia Geral,

ATAS

Folha 47

Aditamento à Ata n.º 204/2022, de 26 de novembro de 2022

Em 10 de Abril de 2023, veio o Sr. Dr. António Marreiros, Presidente do Conselho de Arbitragem da Federação de Andebol de Portugal, apresentar um requerimento dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, relativo aquela Ata, que figura em anexo ao presente aditamento, lavrado e incluído a folhas 47 do livro de atas da Assembleia Geral. Ora, como se sabe, uma ata consiste num registo escrito dos factos ocorridos e das decisões tomadas em reunião, ou seja, deve conter um **resumo** do que nela tenha ocorrido e seja relevante para o conhecimento e a apreciação da legalidade das deliberações tomadas, designadamente a data e o local da reunião, a ordem do dia, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações e as decisões do presidente, tudo elementos e formalismos que, **manifestamente**, são cumpridos na ata n.º 204/2022, de 26 de novembro de 2022., lavrada nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º, alínea b) dos Estatutos da FAP, ex vi artigo 47.º do Regime Jurídico das Federações Desportivas (Decreto-Lei n.º 93/2014 de 23 de junho).

Com o requerimento, pretende-se, nomeadamente no ponto 2., a transcrição de factos e de comunicações orais havidas na referida assembleia geral que, atento o manifesto elevado grau de rigor e extrema precisão com que são apresentados e pela dimensão da reprodução do texto ali escrito, indiciam que terão sido objeto de gravação não consentida, ou autorizada, obtidos mediante a violação de normas de direito material, que tutelam direitos fundamentais, legal e constitucionalmente previstos, pelo que não devem ser valorados nem admitidos.

Lisboa, 14 de Abril de 2023

A Mesa da Assembleia geral

